



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681240 - PR (2021/0225572-2)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : EDUARDO MAIMONE AGUILLAR E OUTRO
ADVOGADOS : EDUARDO MAIMONE AGUILLAR - SP170728
PAULO PEREIRA DE MIRANDA HERSCHANDER - SP358406
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : LUCAS FACCIO CANDELORO
CORRÉU : LETICIA VIEIRA PERICO
CORRÉU : LINCOHN JOAO GONCALVES
CORRÉU : MAYCK WILLIAN DOS SANTOS
CORRÉU : NATHAN BEQUER ANDRADES DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS FACCIO CANDELORO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Apelação Criminal n. 0000745-74.2017.8.16.0159).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial semiaberto e de 500 dias-multa pela prática do delito de tráfico de drogas - sentença esta mantida pelo Tribunal de origem em sede de apelação.

A impetrante sustenta a existência de constrangimento ilegal, decorrente de equívoco na dosimetria da pena. Nesse sentido, insurge-se contra a dupla valoração negativa acerca da quantidade de drogas apreendidas, consubstanciada na majoração da pena base e no afastamento da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas. Logo, aduz ser indevido o referido *bis in idem* por parte do juízo sentenciante.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja redimensionada a condenação imposta ao paciente, com a incidência da causa de diminuição do tráfico privilegiado em seu patamar máximo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente